

AS PROCISSÕES RELIGIOSAS NA PARAÍBA OITOCENTISTA: ATOS DE FESTEJAR A VIDA E A MORTE.

José Pereira de Sousa Junior*

Esta comunicação tem como objetivo discutir como se dava os atos de festejar a vida e a morte na Província da Paraíba do Norte na segunda metade do século XIX, tendo como espaço as irmandades religiosas, em particular, aquelas freqüentadas por homens e mulheres negras, que fizeram deste espaço de devoção um lugar para cantar, dançar e festejar, tanto a vida como a morte. A partir dos compromissos das irmandades, tentamos refazer os caminhos percorridos pelos irmãos e irmãs nas procissões, suas hierarquias internas e a estruturação da procissão. Uma vez que delas participavam representantes das autoridades constituídas e eclesiásticas, além dos membros das irmandades. Acreditamos, que seus participantes viam no rito profissional uma função tranqüilizante e protetora.

Palavras-Chave: Procissão – Irmandades – Festejos – Morte.

Entre os diversos espaços geográficos em que negros e negras foram colocados fruto do tráfico negreiro, africanos e seus descendentes encontraram nas irmandades um espaço onde podiam se reunir de forma autônomas reconstruindo identidades e fortalecendo laços de afetividade, sociabilidades e solidariedades. Ao longo do período colonial e imperial, as irmandades transformaram-se em espaços religiosos onde novas regras de sociabilidades foram redefinidas e novas alianças foram construídas em torno da devoção, das festas, das procissões, dos funerais, missas e caridades mútuas.

Ao longo do século XIX, na Província da Paraíba, onde havia um enorme contingente de negros e negras, as festas seguida das procissões do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores e juntamente com as de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário e outros santos, estava entre as principais comemorações do calendário litúrgico da população. Assim, essas manifestações religiosas tornavam-se ocasiões propícia para negros e negras executarem seus batuques, dançarem suas danças e praticar suas devoções.

As procissões eram rituais de grande expressão simbólica para os envolvidos nesta manifestação de religiosidade simbólica, pois denotava um importante significado para aqueles que participavam e conduziam a imagem do santo ou santa, talvez, um momento de orgulho para quem conduzia, expressando seus valores religiosos, devocionais, culturais e de pertença.

- **Professor Substituto da UFCG e UEPB- PB- Campina Grande – PB.**

Nos dias de procissão, as ruas eram tomadas por homens e mulheres de cor, onde os significados compartilhados por negros e negras em seus recantos, em meio às suas diferentes práticas culturais, eram reavivados como sinais de reconhecimento daquele ou daquela santa ou santo que vinha à frente da procissão. Neste dia de procissão, o simbolismo negro tomava conta do espaço a que faziam parte, seja urbano ou rural. Negros e negras podiam substituir a lógica da exclusão e da inferiorização a qual foram impostas pela elite aristocrática branca, mas, que agora transcendia as imposições desta aristocracia, é hora de devotar, comemorar e festejar.

As procissões revelam um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, o que permite ao homem experimentar afetos e emoções. Por instantes, o tempo dos relógios é suspenso, o homem experimenta o tempo mítico da eternidade e da manifestação divina que permite a reconciliação de todos com todos. Nesse sentido, revelam a essência de respeito à fé e à fraternidade comunal, que alimentam as manifestações religiosas e perpetuam as tradições que constituem um verdadeiro patrimônio cultural.

O espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se realizava fora do âmbito domiciliar, uma vez que os grandes momentos de interação social eram não somente as festas religiosas, como também as procissões. As práticas católicas eram marcadas por efusivas manifestações de fé visíveis nas missas com corais, nas procissões e repletas de alegorias com músicas, danças, comidas, bebidas e fogos de artifício. A estas características, Mary Del Priori (2002) acrescentou outras: um local de luta, de violência, controle e manutenção de privilégios e hierarquias, sem esquecer as contribuições culturais dos negros e dos ameríndios, num leque de expressões religiosas híbridas.

José Ramos Tinhorão (2000) avalia que, somando-se, naquela ocasião, os dias santificados, domingos e os dias dos santos padroeiros da cidade, da vila ou da freguesia, o resultado era que as festividades promovidas pela Igreja Católica totalizavam um terço do ano (TINHORÃO, 2000, p. 8-9). Nessas ocasiões, era comum a participação não apenas dos moradores locais, como também dos arredores que, compondo as diversas irmandades, organizavam os eventos, sobretudo para celebrar os seus santos protetores. As festas, por exemplo, organizadas pelas irmandades, mesclavam as missas, os sermões, as novenas e procissões com danças, coretos, fogos de artifício e bebidas. Ao clero cabia a celebração dos sacramentos. Para João José Reis

(2004) essas ocasiões representavam rituais de intercâmbio entre homens e divindades em que os limites do profano e do sagrado se tornavam mais tênues.

As cidades e as vilas, em seu conjunto, se tornavam um palco de sociabilidades numa época em que grandes distâncias separavam a população e os transportes eram pouco abundantes. Somado a isto, face aos poucos recursos de uma parcela considerável da população, as festas tornaram-se, possivelmente, as únicas oportunidades de descanso, prazeres e alegria, confraternização e divertimento, além de fornecerem importantes elementos acerca da circularidade cultural.¹

Os preparativos para a organização da festa e a seguir a procissão, ocorria durante todo o ano e com a participação dos irmãos para que a festa saísse perfeita, pois representava uma demonstração de poder, isto é, quanto mais pomposa a festa, com um bom número de participantes, inclusive de autoridades, isso daria mais prestígio a irmandade, além dos adornos, bandeiras, etc. Sobre a festa do Rozario da freguesia de Campina Grande, nos afirma;

Capítulo 9 – Sobre a festa de Nossa Senhora do Rozario;

A festa de Nossa Senhora do Rozario, no que toca a obrigação da Irmandade sempre será feita no dia 31 de dezembro, e havendo entre os fieis pessoas que queirão festejar o dia próprio de Nossa Senhora do Rozario, que é a primeira Domingo de outubro, se lhes entregarão pelo nosso escrivão da Meza o Livro destinado para suas eleições, e despesas em a véspera da festa, cujo livro será restituído á quem o entregar no dia segundo posterior ao da festa, e para Ella serão franqueados com muita satisfação todos os ornamentos, e outros quaesquer arranjos que existirem n'esta Santa caza; prestando a Irmandade toda a coadjuvação que lhe for possível, e que pelos festeiros lhe foi requisitada; independente toda essa coadjuvação de qualquer pagamento pelo trabalho havidos. (Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos homens pretos da freguesia de Campina Grande, 1846. Arquivo Nacional, Cx 310, p 14-15)

Devemos perceber que, desfilar perante o conjunto de moradores de um lugar era forma segura de introjetar valores, de construir e reforçar relações que ocorriam cotidianamente e que precisavam ser constantemente valorizadas e lembradas. Assim, a procissão servia como um espelho da própria sociedade onde ela acontecia.

¹ Conceito criado por Mikhail Bakhtin e utilizado por Carlo Ginzburg, Especialmente em A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1993 e O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Mas para que ela pudesse ter um sentido, era necessário que todos dela participassem, seu sentido normatizador dependia da existência de um público, de uma audiência que apreendesse os valores que ela procurava expressar. A procissão era um texto para ser lido, estava carregada de signos que representavam as relações sociais onde estava inserida, mas numa sociedade em construção, ela não era uma réplica fiel daquilo que ocorria ao seu redor.

Ao transitar pelas ruelas das cidades, vilas ou freguesias, as procissões expressavam uma ordem social que o poder pretendia implantar, ela hierarquizava os moradores e distinguia uns em detrimento de outros. Seja no seu aspecto religioso, quanto civil, as procissões reforçavam a obediência e a devoção à Igreja e ao Estado, por meio de seu Soberano. Era uma das maneiras de cultuar a Deus e ao Imperador, desta forma, este último se fazia mais próximo de seus súditos, numa aparente comunhão com eles. Esta falsa intimidade com o poder e esta união entre o que era sagrado (a Igreja e o Imperador) e o que era profano (o povo) dava a idéia de mistura, tão necessária em uma sociedade marcada pelas desigualdades.

A inversão dos valores tradicionais ocorria somente na aparência, pois, ao contrário, a procissão comunicava status e, ao fazer isto, visava o disciplinamento dos corpos. Os espectadores aprendiam uma série de comportamentos e regras de convívio, que deviam ser seguidos para marcar as diferenças entre as classes. Segundo a historiadora Martha Abreu²:

Havia no Brasil um intenso e extenso trânsito cultural entre ricos e pobres, brancos e negros, letrados e iletrados, altos e baixos ou em qualquer outra forma de recorte que se utilize. Os canais para esse fluxo, afinal, estavam abertos permanentemente nas regras e formas da convivência social, a despeito de sua rígida hierarquia. (ABREU, 1999, p. 16).

Num outro aspecto, estes rituais públicos serviam também para estabelecer laços de solidariedade, como forma de congraçamento entre as diversas camadas sociais, mas antes de tudo, hierarquizava a sociedade e impunha as regras em vigor, a serem copiadas e respeitadas por aqueles que participavam das cerimônias públicas. O volume de escravos africanos e de brancos nesta província³ colaborava para afrouxar os laços de

² ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

³ Ver Tabela 2.1 : População total e escrava na Paraíba séculos XVIII e XIX; Ver: ROCHA, Solange Pereira da. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, Família e Parentesco Espiritual. Tese de Doutorado, Recife, 2007; p. 130.

coerção social que deviam ser cotidianamente lembrados e as festas, momento de devoção, mas também de lazer, eram as mais apropriadas para esta função subliminar.

Os festejos começavam a partir de seu anúncio, que ocorria com as andanças de arautos, muitas vezes mascarados, percorrendo as ruas e vielas. Seu objetivo era atrair a atenção dos passantes e chamar o público para a festa. Nestes momentos, os arautos destacavam-se da multidão pelos trajes coloridos ou elegantes, além da utilização das *opas*⁴ vermelhas, ou brancas ou azuis, dependia da irmandade a qual pertencia, como bem afirma o Compromisso da irmandade do Glorioso São Benedito erguido na Cidade da Paraíba do Norte em 1866, **no capítulo 2º, artigo 3º**, *Os irmãos usarão geralmente em todos os atos da irmandade de opa de cor branca e murça roxa, e o irmão juiz trará de mais uma vara prateada.* (Arquidiocese do Estado da Paraíba).

O sucesso de público estava diretamente ligado à atuação destes emissários, sua possibilidade de arregimentar as pessoas para a festa e fazer a notícia circular o mais longe possível. Para isto, eles tinham que se diferenciar da multidão pelo excesso de luxo ou gestos, que faziam despertar o interesse da população em participar das festividades. Mary Del Priore (2002)⁵ ressalta que o caráter oficial destes eventos transpareciam no luxo destas figuras, pois a festa era sempre concessão do Estado e estava sempre ligada ao calendário real ou religioso. Esta presença do Estado, se por um lado, na suntuosidade dos trajes estava apenas sugerida, em outras vezes ficava evidente. Essa constatação de Del Priore, mesmo sendo referente ao período colonial, nos revela que esta herança religiosa chegou também com toda força e tradição nos séculos seguintes como bem observou Martha Abreu quando afirma que;

O século XIX recebeu de herança o que ficou conhecido por “religiosidade colonial” ou “catolicismo barroco”. As práticas católicas eram marcadas pelas espetaculares manifestações externas da fé, presentes nas pomposas missas, “celebradas por dezenas de padres e acompanhadas por corais e orquestra”; nos “funerais grandiosos, nas procissões cheias de alegorias” e nas festas, onde centenas de pessoas das mais variadas condições se “alegravam com a música, dança, mascaradas e fogos de artifício” (ABREU, 1999, p. 33).

Acreditamos, que no âmbito religioso e dentro de sistemas muito peculiares de relações entre o sagrado e o profano, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de

⁴ **OPAS** – capa sem mangas, com aberturas para os braços, usada pelos integrantes das irmandades.

⁵ DEL PRIORE, Mary Lucy. Festas e utopias no Brasil colonial; São Paulo: Brasiliense, 2002.

São Benedito, por exemplo, propiciaram aos cativos e libertos espaços importantes para a prática de crença e culto. As festas religiosas distribuídas ao longo do calendário litúrgico da Igreja propiciavam a sociedade escravocrata exercer algum tipo de controle social, ajudado pelo poder eclesiástico, pois como muitos compromissos demonstram a participação ativa dos párocos (também conhecidos á época como Capelão) nas festividades, nos enterros e missas encomendadas pelos irmãos ou ocorridas dentro das irmandades de negros, estas celebrações eram realizadas por párocos locais e que recebiam pagamento pra isso, e que já estava dentro do orçamento da irmandade.

No entanto, não devemos achar que estas festas eram sempre realizadas em clima de afetividades, pois às vezes ocorriam conflitos esporádicos ou mesmo conflitos de maior permanência e gravidade, isto quando as irmandades marcadamente de negros queria tomar as rédeas dos festejos sozinhas ou sem o consentimento e participação das autoridades, isto pra elas talvez soasse como afronta a ordem social estabelecida e desejada pela hierarquia de senhores, padres e governo. Porém, as festas também abriram a possibilidade de maior mobilidade social entre os cativos, mesmo que fosse somente em dias de festa, uma “liberdade efêmera”, mais desejada e muito bem aproveitada. José Ramos Tinhorão (1972)⁶, afirma que “foi em nome dos festejos de santos e de acontecimentos de Igreja que os escravos tiveram acesso aos seus dias de folga e de festa” (TINHORÃO, 1972, p. 34).

Vale salientar, que a permissão para a realização das festas religiosas traduzia a preocupação da igreja em atrair os africanos e seus descendentes, talvez por isso aceitassem seus costumes, embora com ressalvas e desde que pudessem adaptar-se ao catolicismo, recebendo uma nova interpretação e sentido. A igreja permitia que os negros participassem das festas, das procissões e possivelmente das danças, pois a dança era considerada uma maneira de glorificar Deus. Nas palavras de Mary Del Priore, depois do Concilio de Trento tais danças tornaram-se um elemento para enriquecer e ornar as formas externas do culto católico (PRIORE, 2002, p. 55).

Levando em consideração ao que ainda hoje ocorre nas centenas de cidades espalhadas pelo Brasil e em particular no Nordeste, e tentando fazer uma comparação com as procissões que ocorreram no século XIX nesta província, podemos perceber que geralmente as procissões percorrem as principais ruas da cidade ou vila, e termina geralmente no ponto onde começou, ou seja, em frente a Igreja, ali a imagem da

⁶ TINHORÃO, José Ramos. Música popular dos índios, negros e mestiços. Petrópolis, Vozes, 1972.

devoção era mais uma vez venerada e cultuada. No compromisso da irmandade do Rosário dos homens pretos da Parahyba do Norte no **artigo 49º** diz: *Na tarde d'este dia, bem como na primeira domingo de outubro deverá a Irmandade sahir pelas ruas, cantando o terço do santíssimo Rosário. Este acto deve ser feito com toda a solenidade, respeito, e decência.*⁷

As procissões ensejavam atividades festivas, e esse tipo de comemoração teve sua origem na América portuguesa desde o Governo Geral de Tomé de Souza, quando chegaram os primeiros jesuítas, consistindo em um cortejo de fiéis que acompanhava o sacerdote ou andores e charlotas. De acordo com Del Priore,

A difusão das procissões, em dias de festa religiosa, colocava em evidencia a mentalidade das populações, que viam no rito processional uma função tranqüilizante e protetora. Itinerários significativos para a comunidade, cantos e litânias somavam-se, ora para coroar as procissões ordinárias, ora para atender necessidades constrangedoras (saúde do rei, faltava de chuvas, epidemias etc.) (PRIORE, 2002, p. 23).

A organização e a realização da procissão estavam, assim como as festas do orago, sob controle das irmandades. Portanto será no período pós-tridentino, momento em que os leigos ganham gradativamente espaço no interior das irmandades religiosas que a procissão se apresenta qual um “templo em marcha”. Uma vez que nelas participavam representantes das autoridades constituídas, estatais e eclesiásticas, e o povo em geral. Possuíam como características uma competição de recursos e de preeminência social dos seus membros. Diríamos, a partir de evidências dos compromissos, que as representavam, ordenavam e distribuíam os grupos sociais no seu interior de maneira hierárquica, ou seja, tornava visível a estrutura da sociedade em que viviam e da própria irmandade.

As procissões eram o ponto alto das festas, simbolizando uma miscelânea colorida de santos e estandartes, onde havia uma hierarquização dos estratos sociais e dos santos pela ordem de seus devotos. A respeito dessas distinções, observamos que, na hierarquia das agremiações religiosas leigas, africanos e crioulos, pretos e pardos situavam-se sempre nas últimas alas dos cortejos, muito embora houvesse, entre eles, honra, respeito e distinção. Nesse sentido, acreditamos que esse foi o critério adotado

⁷ Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Cidade da Parahyba do Norte. Arquivo eclesiástico da Paraíba/fundo Chancelaria/Serie documentos de irmandades e associações Pias.

pelas irmandades de homens pretos em varias vilas, freguesias ou cidade da província da Paraíba. Sobre estas hierarquizações, citemos Antonia Aparecida Quintão (2002)⁸ sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Goiana, em Pernambuco;

Nas procissões ou enterros realizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Goiânia – bispado de Pernambuco – saíam inicialmente a Irmandade do senhor Jesus dos Martírios, por ser a mais recente, atrás dela a irmandade de Santo Antonio de Catagerona, em terceiro lugar, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário (QUINTÃO, 2002, p. 111).

Acreditamos que, nesse caso, vigorava o critério de antiguidade como uma prática dessas irmandades. Na qual, as mais velhas situavam-se nos lugares mais privilegiados. Enfim, podemos dizer que a disposição da procissão reproduzia a ordem hierárquica e social das pessoas envolvidas no evento.

Vale salientar, que em uma sociedade escravista, a disputa em torno da precedência nas procissões e nas solenidades públicas assumia especial relevância no que diz respeito, particularmente, ao prestígio social e á preservação de privilegio. Nas palavras de Caio Cesar Boschi, “apesar de a procissão representar um momento em que todos os segmentos sociais podiam participar, mantinha e perpetuava a hierarquização inerente á ordem escravocrata” (BOSCHI, 1986, p. 175). Ainda sobre as procissões, Roger Bastide nos informa que “nas procissões em que desfilavam juntas as confrarias e negros e de brancos, as etnias eram nitidamente separadas, apresentando-se da seguinte forma: as confrarias do Rosário ou de São Benedito eram as primeiras, á frente do cortejo, e as irmandades dos brancos rodeavam o pátio do bispo ou do pároco. (BASTIDE, 1973, p. 96).

Acreditamos, portanto, que seria esse o sentido da festa do orago nas vilas, freguesias e cidades da Paraíba, onde as procissões contavam com a participação de dos irmãos e irmãs, todas paramentadas, imponentes, tocantes com vários andores e bonitas imagens. Assim, eram as procissões celebradas com freqüência e muita alegria. Nesse meio de agitação, em dias de festas religiosas, a mentalidade das populações via nesse rito uma função tranqüilizante e protetora (PRIORE, 2002, p. 23). A procissão constituía um episódio central destas comemorações, na medida em que era o único acontecimento totalmente aberto à população e, acima de tudo, era um ritual público, ou

⁸ QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (séc. XVIII). São Paulo, Annablume – Fapesp, 2002.

seja, acontecia para ser visto e assim desempenhava uma série de funções, publicizando muitos aspectos que eram essencialmente privados.

Os elos de solidariedade que as irmandades desenvolviam em vida perpetuavam-se na morte. A solidariedade entre vivos e mortos representava na dimensão espiritual o patamar mais importante da sociabilidade existente entre os irmãos. A assistência à alma era uma vertente fundamental em todas as irmandades, seja de brancos, pardos ou negros. Ela seria talvez, uma das razões que mais pesava no momento da decisão de integrar uma destas associações. Falar sobre a morte, suas simbologias e os rituais fúnebres em torno dela será nosso desafio.

Enterrar os mortos era uma das obras de misericórdia corporais que as irmandades levavam muito a sério. Acompanhavam gratuitamente à sepultura e enterravam os seus próprios irmãos, devendo os irmãos apresentarem-se em corpo nestes momentos. O defunto devia ser acompanhado por toda a irmandade, ocasião que servia para lhe prestar a última homenagem, mas também solidariedade no momento da passagem. Sepultavam também gratuitamente a mulher e os filhos menores dos confrades. Enterravam ainda todos os que podiam pagar o preço do serviço que a irmandade estipulava e que incluía a tumba, a bandeira, a cera e as toalhas. A sepultura era paga à instituição onde esta se localizava. Mas as irmandades sepultavam gratuitamente todos os que sendo pobres não dispunham de meios para o enterro.

Em meio a constituição do Estado imperial e das preocupações sanitárias da primeira metade do século XIX, as formas assistenciais da praticadas pelas irmandades foram gradativamente se transformando. Dentre elas, transformaram-se também as formas do bem morrer. As preocupações com os rituais fúnebres evidenciam que a morte ainda ocupava espaço importante nas sociabilidades do início do século XIX. Acreditava-se ainda que uma alma bem encaminhada para o além poderia se tornar uma proteção, ou mesmo um intermediário das demandas dos vivos, ao passo que uma alma perdida, que não cumpriu as etapas rituais de separação dos vivos, por exemplo, uma morte sem testamento, sem o último sacramento, sem enterro, sem missas ou preces, enfim, uma morte solitária e desprovida de cerimônia, poderia vagar eternamente e assombrar os vivos.

Este ritual de solidariedade estava ligado à noção de que a “boa morte” nunca se materializava num ato solitário. O medo que acompanhava os homens e mulheres quando a morte se avizinhava e a vida se acabava tornava-os pios e aproximava-os dos santos e das santas de devoção, a quem solicitavam que intercedessem junto de Deus a

seu favor. O temor da morte, no entanto, não deve ser visto como o medo sem controle. O grande medo era mesmo morrer sem um plano, o que para muitos incluía a feitura do testamento. A preparação facilitava a espera da morte e aliviava a apreensão da passagem para o além. (REIS, 1991, p. 95).

A pertença à irmandade conferia ao irmão prestígio e poder, ao mesmo tempo em que abria portas para ocupar espaços de sociabilidade que de outra forma estavam vedados, principalmente aos negros cativos, daí toda uma importância de participar da irmandade. Se por um lado isso era uma razão que motivava a adesão, contribuía simultaneamente para reforço da identidade da instituição, aumentava a coesão do grupo, promovia a admiração e a estima da comunidade, ao mesmo tempo em que fazia aumentar o orgulho de quem as integrava e desenvolvia relações interpessoais. Estes atos promovidos pelas irmandades e que proporcionavam momentos de sociabilidade eram planejados para engrandecê-las e ocasionar maior poder, respeito e glória.

Sob a ótica dos funerais, a crescente consciência da individualidade é acompanhada pela exacerbação das formas e dos sentimentos nas cerimônias fúnebres. Esta última, o momento mais importante da busca pela salvação da alma. A suntuosidade das cerimônias, preces e os ritos, que atuavam nesse momento como instrumentos auxiliares da batalha individual, eram exclusivas dos segmentos mais abastados da sociedade, estabelecendo-se, portanto, uma diferenciação entre as práticas funerárias dos ricos e dos pobres, brancos e negros.

Proporcionar também às camadas menos abastadas a possibilidade de desfrutar de um funeral dotado dos requisitos mínimos para favorecer o encaminhamento do defunto à salvação era, uma ação de grande significado caritativo. O historiador Philippe Ariés (1977)⁹, afirma que desde o século XV já existia práticas caritativas dos funerais. Segundo ele;

As confrarias, criadas para praticar todas as obras de caridade, vieram a considerar, nos séculos XV e XVI, a assistência às exéquias como uma de suas funções principais. Uma pessoa se torna membro de uma confraria por dois motivos: para beneficiar com as preces dos confrades o dia de sua própria morte e, em seguida, para assistir com suas próprias preces aos outros defuntos, assim como em particular, os pobres que são privados de todo meio material de adquirir intercessores espirituais (ARIÉS, 1977, p. 78-79).

⁹ ARIÉS, Philippe. *Historia da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1977.

Além disso, ao ingressar nas Irmandades, o homem cristão, seja ele branco ou negro, livre ou cativo assegurava para si e para seus familiares uma cerimônia fúnebre cristã e que era prestigiada pelos demais membros da irmandade que, por meio das orações, intervinham também no destino de sua alma. Aliás, era uma obrigação de todos os irmãos comparecerem ao cortejo fúnebre, como bem ressalta o compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da capital da Província do Norte de 1867, **capítulo 15º - Dos enterros:**

Artigo 43º - O Irmão de Mesa e mesmo o que não for, sabendo que a Igreja chama Irmãos para acompanharem ao seo ultimo jazigo o Corpo de qualquer irmão, que tenha fallecido deverá comparecer na Igreja para sahir com a Irmandade.

Artigo 44º - Concluido o enterro, e depois que houver a Irmandade voltado a Igreja, o Juis convidará aos irmãos que acompanharão o enterro e os que na Igreja se acharem para resarem tr~es Padres Nossos, e três Ave Maria á Paixão Sagrada de Nosso Senhor Jesus Chisto em suffragio d'alma do Irmão que ficou sepultado. Este exercíccio deve ser praticado diante do Rosário, e feito com o maior acato, e respeito.

Os elos de solidariedade que as irmandades desenvolviam em vida perpetuavam-se na morte. A solidariedade entre vivos e mortos representava na dimensão espiritual o patamar mais importante da sociabilidade. A assistência à alma era uma vertente fundamental em todas as irmandades. Ela seria uma das razões que mais pesava no momento da decisão de integrar uma destas associações. Os que podiam, inscreviam-se em mais do que uma irmandade para usufruírem mais benefícios espirituais.

Enterrar os mortos era uma das obras de misericórdia corporais que as irmandades levavam muito a sério. Acompanhavam gratuitamente à sepultura e enterravam os seus próprios irmãos, devendo-as apresentarem-se em corpo nestes momentos. O defunto devia ser acompanhado por toda a irmandade, ocasião que servia para lhe prestar a última homenagem, mas também solidariedade no momento da passagem. Sepultavam também gratuitamente a mulher e os filhos menores dos confrades. Enterravam ainda todos os que podiam pagar o preço do serviço que a confraria efetuava e que incluía a tumba, a bandeira, a cera e as toalhas.

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da freguesia da Campina Grande ereta em 1846 no **capítulo 6º - Sobre o enterramento dos irmãos**, afirma:

Quando morrer algum irmão ou irmã e a morte for anunciada por sinaes de sino ou campainha, se reunirão nesta Santa caza os irmãos para que saia a irmandade em ordem acompanhando a cruz com suas vestes brancas, e velas, a qual se dirigirá com toda a decência e sentimento a caza onde estiver o cadáver do irmão ou irmã, e o acompanhará até a igreja onde for enterrado, e morrendo algum no anno em que estiver servindo de mezarios, será enterrado com toda a pompa possível e todos os irmãos e irmãs lhe rezarão por sua alma hum roزاریo, esta caridade de suffragio deverá também ser extensiva á todos os irmãos fallecidos.

Os ritos de passagem perpassavam a vida das pessoas desde o nascimento, mas era na morte, principalmente na hora do enterro que podemos identificar de forma mais visível os grupos sociais envolvidos em tal evento. O enterro era um meio de assegurar que o irmão estava indo á direção predeterminada, estando seu destino devidamente sob controle. Para que o ritual simbólico se completasse, fazia-se necessário o maio numero de orações para que a alma do falecido ganhasse o plano celestial.

O ato de morrer, talvez seja o mais íntimo da existência humana, quase sempre era transformado em ocasião pública, onde a diferenciação social tinha que necessariamente perpassar a vida. Logo, os enterros, ao longo da historia vão se tornando cada vez mais pomposos, mostrando o poder aquisitivo de uma pequena parcela da população e de alguns poucos privilegiados. Portanto, pertencer a uma irmandade tornava-se importante, para comemorar não somente a vida, mas, também a morte.